

QUAL FUTURO?*

INTENSA CAMPANHA publicitária vem sendo realizada pelo governo, tendo como mote o sucesso do programa de privatizações. Isso indica que, se o candidato oficial vencer as eleições, o programa será retomado com todo vigor. Há alguns anos, sete objetivos foram oficialmente anunciados, tendo em vista justificá-lo. Hoje, vendida boa parte do patrimônio público construído ao longo de cinquenta anos, podemos avaliar o que se passou, retomando a linha de argumentação usada pelos seus proponentes e gestores.

Primeiro objetivo anunciado: o patrimônio das estatais seria usado para abater a dívida interna, propiciando assim uma queda nos gastos financeiros do governo e nas taxas de juros. Resultado obtido: a dívida interna, de R\$ 59 bilhões no início do primeiro governo de Fernando Henrique, saltou para R\$ 685 bilhões, e a taxa de juros do Brasil permanece entre as duas ou três maiores do mundo.

Segundo objetivo anunciado: sem as estatais, o Estado poderia concentrar-se nas atividades típicas do serviço público, como educação, saúde e segurança, que seriam ampliadas. Resultado obtido: o Orçamento de 2001, o último já executado, mostra que o Estado gastou um total de R\$ 53 bilhões em saúde, educação, erradicação da pobreza, cultura e ciência e tecnologia, contra R\$ 140 bilhões na rolagem da dívida interna. As reivindicações da sociedade continuam a esbarrar no velho argumento da falta de verbas.

Terceiro objetivo anunciado: aumentar a competitividade da economia brasileira, pelo aumento da eficiência das empresas privatizadas. Resultado obtido: dispararam os custos da energia, das telecomunicações e dos transportes, setores-chaves para a eficiên-

* Publicado em *Caros Amigos* n. 61, abril de 2002.

cia sistêmica de qualquer economia. (Uma das vantagens comparativas que o Brasil sempre teve foi oferta de energia abundante e barata; hoje, ela falta e é cara.)

Quarto objetivo anunciado: livrar o Estado brasileiro da necessidade de sustentar empresas deficitárias. Resultado obtido: quase todas as empresas privatizadas eram altamente superavitárias e há muito tempo não dependiam de nenhum aporte de recursos do Tesouro; as deficitárias foram transformadas em superavitárias antes das privatizações, em operações caríssimas de absorção de dívidas pelo Tesouro (R\$ 24,8 bilhões) e de investimentos preparatórios para as vendas (R\$ 37,4 bilhões). Em seguida, o BNDES, que era proibido de financiar estatais, começou a financiar as empresas recém-privatizadas, cujos planos de expansão, em todos os casos, passaram a contar com recursos do próprio Estado.

Quinto objetivo anunciado: atrair tecnologias de ponta para a economia brasileira; daí o esforço feito para não só privatizar, mas também desnacionalizar as ex-estatais. Resultado obtido: feitas as vendas, elas deixaram de ser empresas e passaram a ser filiais. Há uma enorme diferença entre as duas condições: uma empresa é um corpo completo, com cabeça, tronco e membros; uma filial é uma parte subordinada, que quase sempre realiza as atividades que têm menor densidade técnica e científica e agregam menos valor à cadeia produtiva em que se inserem. Para eliminar a redundância e racionalizar custos, as multinacionais concentram suas atividades mais qualificadas nas matrizes. Os centros de pesquisa das antigas estatais brasileiras foram fechados e nenhum centro novo foi aberto no Brasil.

Sexto objetivo anunciado: atrair poupança externa para financiar o nosso desenvolvimento. Com exceção da Companhia Vale do Rio Doce e da Embraer, as ex-estatais não são empresas exportadoras. Suas receitas são obtidas em reais, no mercado interno brasileiro. Agora, desnacionalizadas, passaram a remeter lucros para fora do país, em dólares, por tempo indefinido. A receita inicial obtida com a venda logo desaparece, criando-se em seguida uma sangria permanente, que provoca uma despoupança

de divisas, pois elas mesmas não geram os dólares que enviam para o exterior. Para sustentar essas remessas, as tarifas cobradas por serviços prestados inteiramente dentro do Brasil tiveram de ser indexadas ao dólar. Os preços passaram a aumentar sem nenhuma correspondência com a evolução dos custos calculados em reais.

Sétimo objetivo anunciado: diminuir o tamanho do Estado. Resultado obtido: no início da década de 1990, o Estado arrecadava impostos que correspondiam a 24% do produto interno bruto. Hoje, arrecada 34%. O Estado não diminuiu (ao contrário!), apenas reorientou o uso que dá aos recursos que retira da sociedade. Deixou de investir na economia real e nos serviços essenciais e tornou-se um financiador da acumulação financeira de capital. Atuando em uma economia quase estagnada, os bancos apresentam ano a ano lucros recordes, obtidos principalmente com a rolagem dos papéis da dívida pública.

Como se vê, julgado conforme as referências definidas pelos seus próprios proponentes, o programa de privatizações foi um fiasco. Seu único resultado aparentemente positivo foi o aumento da oferta na área de telefonia. Duas ponderações, no entanto, devem ser feitas. Primeira: como resultado de um enorme esforço da antiga Telebras, o Brasil havia reduzido quase a zero seu déficit externo em equipamentos de telecomunicações. Cerca de 150 empresas brasileiras de alta tecnologia atuavam no setor. Com o fatiamento e a desnacionalização do sistema, quase todas desapareceram. Os componentes passaram a ser importados, e o déficit externo em telecomunicações já atingiu US\$ 4 bilhões. Segunda: os números que mostram um enorme aumento de linhas telefônicas disponíveis não representam na mesma proporção, nem longinquamente, uma democratização do acesso a esses serviços. As famílias de renda média e alta, que tinham uma única linha telefônica há alguns anos, passaram a ter cinco ou seis (incluindo-se aí as linhas celulares e as dedicadas à Internet), de modo que a expansão da rede serviu principalmente para modernizar o padrão de consumo dos mais ricos, aumentando a dependência externa e a desigualdade social, como sempre ocorreu na história

brasileira. A expansão da rede foi, proporcionalmente, muito superior à democratização dos serviços.

Hoje podemos constatar que o programa de privatizações atingiu outros objetivos, jamais anunciados: (a) contribuiu para eliminar quase todas as empresas estratégicas de base nacional, que eram estatais, dada a histórica fraqueza do nosso capitalismo privado; integradas de forma subordinada em redes comandadas desde o exterior, essas empresas deixaram de cumprir suas funções estruturantes da economia local; (b) contribuiu para tornar crônico o nosso déficit nas contas externas, de modo a nos manter como um país pedinte junto ao sistema financeiro internacional, sempre necessitando de novos empréstimos e, portanto, inabilitado a definir soberanamente suas políticas; (c) consagrou a inserção da força de trabalho brasileira em atividades de baixa qualificação e baixo valor — e, portanto, baixa remuneração; (d) retirou do Estado instrumentos fundamentais de suporte a políticas estratégicas para o nosso desenvolvimento.

Eis aí a construção do futuro, que o governo de Fernando Henrique alardeia. A qual futuro, afinal, tanta propaganda se refere?